



Sociedade, cultura e natureza:

influências do ambientalismo no desenvolvimento do ecoturismo

Society, culture and nature: influences of environmentalism in the development of ecotourism

Sociedad, cultura y naturaleza: las influencias del ambientalismo en el desarrollo del ecoturismo

Paula Normandia Moreira Brumatti < paulanmb@yahoo.com.br >

Mestre em Cultura e Turismo. Professora do Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte (IFRN), Canguaretama, RN, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebido 11-jun-2013

Aceite 24-out-2014

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

BRUMATTI, P.N.M. Sociedade, cultura e natureza: influências do ambientalismo no desenvolvimento do ecoturismo. **Caderno Virtual de turismo**. Rio de Janeiro, v. 14, n.3, p. 280 - 297, dez. 2014.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



PATROCÍNIO



Resumo: Considerando as relações entre cultura, natureza e sociedade, o presente estudo faz uma reflexão sobre alguns entendimentos e comportamentos da sociedade contemporânea ocidental relacionados ao uso dos recursos naturais ao longo de sua história e, principalmente, a partir do século XX, refletindo sobre as mudanças na maneira de pensar e agir sobre a natureza influenciados pelos movimentos ambientalistas. Por meio desta reflexão, pretende-se estabelecer uma relação entre o ambientalismo do século XX e a expansão de atividades como o ecoturismo e suas perspectivas para a sustentabilidade.

Palavras-chave: Sociedade contemporânea; Movimentos ambientalistas; Desenvolvimento turístico; Sustentabilidade.

Abstract: Considering the relations between culture, nature and society, this study reflects on some understandings and behaviors of contemporary western society related to the use of natural resources throughout its history, and especially from the twentieth century, reflecting on the changes in thoughts and actions upon nature influenced by environmental movements. In this analysis, we intend to establish a relationship between the environmentalism of the twentieth century and the expansion of activities such as ecotourism and its prospects for sustainability.

Keywords: Contemporary society; Environmental movements; Tourism development; Sustainability.

Resumen: : Teniendo en cuenta las relaciones entre la cultura, la naturaleza y la sociedad, este estudio reflexiona sobre algunos entendimientos y comportamientos de la sociedad occidental contemporánea relacionada con el uso de los recursos naturales a lo largo de su historia, y sobre todo a partir del siglo XX, al reflexionar sobre los cambios en el pensamiento y actuaciones sobre la naturaleza influenciado por los movimientos ambientalistas . En este análisis, tenemos la intención de establecer una relación entre el ecologismo del siglo XX y la expansión de las actividades como el ecoturismo y sus perspectivas de sostenibilidad.

Palavras clave: Sociedad contemporânea; Movimientos ambientalistas; Desarrollo del turismo; Sostenibilidad.

Introdução

A demanda crescente pelo turismo e pelo lazer em áreas naturais é uma das tendências mais significativas dos movimentos turísticos da atualidade, sendo caracterizada por pessoas que procuram, cada vez mais, a “fuga” dos ambientes urbanos e poluídos pela “busca” do contato com a natureza preservada. Desta maneira, a natureza e todos os seus componentes tornam-se pretextos para a descoberta, a iniciação, a educação e o espírito de aventura e, dessa forma, dão origem ao ecoturismo (RUSCHMANN, 2001), um fundamental segmento de mercado da atividade turística.

A partir das considerações supracitadas, torna-se interessante discutir alguns fatores ou fatos de extrema relevância na história e ascensão mundial deste tipo de atividade, através de uma discussão sobre as relações entre a sociedade contemporânea, especificamente a ocidental, seu modo de pensar e agir sobre a natureza, destacando a origem e influência desta “consciência ambientalista”, considerando que “a História é a projeção dos nossos valores” (VEYNE, 1998, p.37).

Nessa perspectiva, pretende-se indagar: de onde vem esse crescente interesse por uma maior aproximação e contemplação da natureza? Será que está relacionado aos movimentos ambientalistas do século XX? Faz parte da cultura ocidental contemporânea? Esse ambientalismo interferiu para a consolidação de práticas turísticas na natureza? Isto reflete numa nova forma de pensar e agir sobre a natureza no turismo?

Tendo em vista estas indagações este estudo prevê, num primeiro momento, uma discussão baseada em alguns conceitos sobre cultura, a fim de estabelecer a relação entre o modo de pensar e agir por parte da sociedade contemporânea sobre a natureza. A partir desse ponto então, no segundo momento, discorre-se sobre o ambientalismo e sua origem no século XX, fortemente marcada pelo modo de produção capitalista e sua forma irracional de exploração dos recursos naturais e sobre novos conceitos e valores atribuídos à natureza e ao meio ambiente. E para finalizar, no terceiro momento, discute-se a influência destes movimentos ambientalistas numa “nova” maneira de enxergar e valorizar a natureza pelo homem ocidental, inserido no sistema capitalista, coerente à sua cultura e, portanto, a seus valores, através do desenvolvimento de formas alternativas de exploração da natureza, seus componentes e o seu espaço geográfico, relacionadas à ideia do ecologicamente “correto” e economicamente viável com enfoque no turismo, considerando-se os conceitos de turismo sustentável e ecoturismo.

A relação entre homem e natureza no século XX

Para melhor compreender a história do ambientalismo e suas implicações na sociedade contemporânea ocidental e no turismo é importante, inicialmente, discorrer sobre a relação homem/natureza estabelecida ao longo dos tempos, mas, principalmente, ao fim do século XIX ao século XX, quando surge uma nova maneira de pensar o homem através do estudo do conceito de cultura, o homem como ser cultural. A compreensão de que a relação homem/natureza é um ponto central da problemática ética ambiental e, portanto, deve ser assumida como um dos maiores progressos da recente história intelectual do Ocidente (NASH, 1989 apud LEIS e D’ MATO, 1994).

A plena emancipação em relação à natureza, vale destacar, é um elemento importante do projeto moderno de indivíduo, cujas capacidades racionais são enunciadas como veículos para trilhar esse caminho que leva ao distanciamento do mundo natural, esse considerado “selvagem” e repleto de limitações (NUERNBERG, ZANELLA, 2003, p. 81).

De acordo com Diegues (2000), esse fato é evidenciado a partir do conservacionismo reativo do século XIX, em contrapartida ao que denomina de culturalismo, “o qual via na natureza a efemeridade do homem, uma ameaça de volta à selvageria a qual deve se opor a cultura” (op. cit., p.98). Ainda segundo o mesmo autor, a persistência da ideia de um mundo natural selvagem e intocável tem uma força considerável entre as populações urbanas e industriais que perderam o contato cotidiano e de trabalho com o meio rural.

Na realidade, de fato a natureza de um modo geral é vista pela antropologia como algo bem mais real e objetivo do que a cultura, que de certa forma, fortalece a noção da complexidade do ser humano em relação aos outros animais e, ainda, na sociedade ocidental, fortalece o seu poder de controle e dominação sobre a natureza. O processo civilizador levou à negação da dimensão instintiva da vida humana e, coube à razão, como atributo exclusivo do homem, a garantia da singularização dos seres humanos e ao seu distanciamento. Para Gonçalves (2004), a sociedade ocidental vê a natureza como aquilo que se opõe à cultura e, por isso, é capaz de dominar a natureza.

É importante considerar que essa é uma visão do homem moderno ocidental, fortemente influenciada pelo sistema capitalista, fruto de um conjunto de valores e significados determinados pelas pessoas, relações e coisas, ou seja, a cultura que determina esta sociedade específica (SALINHS, 1997). E ainda, segundo Geertz (1989), na verdade, o que o homem é está intrinsecamente ligado onde ele está, quem ele é e em que ele acredita, ou seja, faz-se necessário considerar a não uniformidade e constância do homem. Independentemente das discussões acerca da “responsabilidade” pela dominação da natureza pelo homem, o fato é que a visão dual homem-natureza é uma característica marcante da sociedade contemporânea urbanizada (KÖRÖSSY, 2007).

Porém, alguns estudos apontam que nem todas as sociedades apresentam a visão sobre a natureza citada acima, bem como atribuem diferentes valores e significados a ela e estabelecem diferentes relações, podendo ser verificada no novo culturalismo, sugerido pelo princípio do “relativismo natural” proposto por Bruno Latour (1994), onde o próprio autor deixa clara a necessidade de romper a grande divisória natureza/cultura, derivada de seus estudos sobre os ameríndios como o retrato de sociedades que não fazem esta separação (apud LIMA, 1999).

Ainda, segundo Teles (2009), a condição multidisciplinar na geografia e os esforços de vários geógrafos resultaram também em estudos que buscaram explicar a interatividade homem/ natureza, fato que justificou, em meados do século XX, o surgimento da ecologia da paisagem e da geografia cultural, através de estudiosos como Carl Troll, George Bertrand Paul Claval e Milton Santos. A Geografia passa a considerar a questão as relações antrópicas nos espaços, assumindo a importância dos sentimentos e as ideias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência vivida, sua cultura.

Portanto, foi a partir do surgimento da ciência moderna que o conceito de natureza foi modificado, tornando-se mais complexo e diversificado, passando a incluir, também, os seres humanos que são, em essência, seres sociais.

Com a evolução do campo da Ecologia e a compreensão de sua complexidade e incorporação de diversos conceitos, como o de ecossistemas e suas interconexões, que o homem passa a ser incluído

na biosfera e, portanto, entende-se que é necessária a participação das ciências humanas e sociais na problemática ambiental. Segundo Leis (2000, p.57), “a ecologia conseguiu escapar dos pressupostos das ciências físicas e sociais em geral, os quais levaram a estas a procurar o conhecimento a partir da análise de objetos cada vez mais recortados da realidade”.

Desta maneira, é inegável a necessidade da interdisciplinaridade nos estudos e discussões que se referem às questões ambientais e/ou sociais, ou seja, nesse processo a natureza e o homem se encontram e estabelecem um elo de dependência recíproca.

A história do ambientalismo está intrinsecamente relacionada ao processo civilizatório da sociedade moderna ocidental, o qual, por sua vez, está atrelado ao sistema de produção capitalista e, conseqüentemente, na valorização do capital, à produção em grande escala, ao processo de industrialização e urbanização e a visão economicista de progresso e de desenvolvimento. Entretanto, como já discutido anteriormente, é possível inferir que o antropocentrismo, vindo desde o Iluminismo, juntamente com o culturalismo, colocou de certa forma o homem em uma posição de “ser dominante”, acreditando na sua capacidade de controle, decorrente de seu maior atributo, a razão.

As duas revoluções industriais, complementadas pela revolução tecnológica, respondem por isso. A maré montante da afirmação dos direitos humanos exacerbou o afã humano no cultivo do jardim, por sobre a atenção em fazer-se cativo dele. O primeiro mandamento universal, portanto, o do desenvolvimento, predominou sobre o segundo, o do envolvimento. Cuidou-se dos direitos dos habitantes. Descuidou-se dos valores do habitat (MENDES, 1994, p. 30).

De acordo com o trabalho de Rohde, na realidade, desde que Jean-Jacques Rousseau escreveu seu Contrato Social (1762) para reger as relações políticas entre os seres humanos, a História continuava cega à Natureza (ROHDE, 1994), e continuou por muito tempo. Isto se verifica pelo sistema no qual esta sociedade está calcada, um modelo que segue um critério monetário, quantitativo e unidimensional, em que o mercado direciona e sanciona os desenvolvimentos compatíveis com a lógica de acumulação e de expansão do capital. Segundo Stahel (1994, p. 60), “a eficiência produtiva, mesmo que à custa de uma ineficiência social ou de uma ineficiência ambiental (as externalidades negativas para os economistas), é uma necessidade de sobrevivência no quadro de um capitalismo de mercado”.

Desta maneira, pode-se inferir que, embora existam outras culturas onde os critérios de sanção social são qualitativos (culturais, éticos e religiosos) e de certa forma o crescimento econômico e tecnológico está sujeito a um controle político, na sociedade capitalista tal desenvolvimento é dirigido apenas pelas forças econômicas e leis do livre mercado. A grande dificuldade na busca de uma estabilização do nível do consumo dos recursos naturais é que esta pressupõe uma mudança de atitude contrária à acumulação de capital, base do capitalismo (ROMEIRO, 2003).

De acordo com Leis e D’Mato (1994), a inibição e repressão da sensibilidade religiosa e da espiritualidade em geral, sofridas por nossa civilização especialmente a partir dos séculos XVIII e XIX, “foi uma condição indispensável para o progresso, entendido como o desenvolvimento de um modelo organizado por uma razão instrumental e centrado na realização de interesses individuais contra interesses comuns relacionados com a sociedade e a natureza” (op. cit., p.44). É neste sentido que se evoca uma mudança de “civilização do ter” para “civilização do ser” (ROMEIRO, 2003).

Portanto, é a partir do século XX que esta sociedade passa a enxergar e sentir os efeitos negativos do modelo de desenvolvimento adotado por ela, caracterizado por um momento onde as ciências

naturais e sociais, adjetivam disciplinas existentes e provocam a necessidade da interdisciplinaridade e, mais ainda, uma mudança de valores e sensibilidades na compreensão da problemática ambiental.

É neste contexto que o presente estudo pretende discorrer um pouco sobre a origem dos movimentos ambientalistas, alguns de seus resultados e influências sobre novos conceitos relativos à natureza, meio ambiente e desenvolvimento, bem como novas formas de utilização e valoração dos recursos naturais, dentre elas, o turismo, considerando a forte tendência à ocidentalização das sociedades e a problemática ambiental mundial.

A história do ambientalismo: novos conceitos e valores

Há diversas abordagens a respeito do significado dos movimentos ambientalistas, podendo ser caracterizado como um grupo de pressão e interesse, um novo movimento social ou, ainda, um movimento histórico. No entanto, ao retomar a discussão já realizada, se torna mais coerente considerar o ambientalismo e suas forças como um movimento histórico, uma vez que propõe mudanças em diversas dimensões sociais, não só questionando o modelo de desenvolvimento econômico, mas também a questão dos valores em várias sociedades, implícitos neste modelo. Portanto, as origens do ambientalismo remontam a um conjunto de novas ideias e sensibilidades configurando uma fase onde a criação intelectual contempla as visões de artistas, cientistas e políticos, responsável pelo surgimento de novas opções de sensibilidade, de valores e de racionalidade (LEIS, 2000).

Foi a partir do século XIX, questionando sobre a posição do homem na natureza, que o ambientalismo começou a despontar, posição contextualizada na perda de confiança no desenvolvimento social e econômico e nas consequências destruidoras não apenas do meio ambiente e das belezas naturais, senão da moral, da ordem social e da saúde humana (LEIS, op. cit.), principalmente discutidas na Europa e Estados Unidos.

Foi na virada do século que iniciou o debate entre preservacionistas e conservacionistas. Os primeiros, adotando uma linha mais radical, assumiam a necessidade de manter áreas naturais supostamente virgens longe da exploração humana, permitindo apenas atividades recreativas e educacionais, enquanto os conservacionistas pensavam numa exploração mais racional, minimizadora de fatores degradativos, ideia precursora do desenvolvimento sustentável. Nesta época, alguns encontros em prol da questão ambiental ocorreram tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Durante o período compreendido pelas duas guerras mundiais, estas discussões foram abafadas, sendo fortemente retomadas com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), após a Segunda Guerra Mundial.

Na realidade, pode-se considerar que os primeiros movimentos ambientalistas tiveram início da década de 1950, inicialmente localizados nos países desenvolvidos e originados no campo científico. Segundo Leis e D'Mato (1994), dois fatos marcaram este primeiro movimento: a fundação da União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN) em 1948, criada por um grupo de cientistas vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU), e a realização da Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos (*Lake Success*, NY, 1949).

A agenda da UIPN era extremamente ambiciosa, a instituição devia proteger a natureza em todas suas formas, desenvolver uma ampla pesquisa científica e fazer campanhas de divulgação e educação ambiental. Para orientar esses propósitos a UIPN declarava explicitamente (em seu Ato Constitucional)

que a consideração da natureza era um aspecto da vida espiritual e seu tratamento e exploração formavam a base da civilização humana e que, assim sendo, a exaustão dos recursos naturais significava tanto uma degradação da natureza como da qualidade da vida humana (HUXLEY, 1973 apud LEIS, 2000, p.50).

Foi neste momento de reconstrução econômica e social dos países envolvidos nas guerras que diversos economistas, ecólogos e ambientalistas em geral começaram a perceber que o mau gerenciamento dos recursos naturais, junto ao crescimento populacional, eram obstáculos para a solução da crise de alimentos. O estudo de Rohde coloca de maneira bem clara:

Mesmo dentro da estreita visão economicista atual é perfeitamente possível discernir quatro fatores principais que tornam a civilização contemporânea claramente insustentável a médio e longo prazo: crescimento populacional humano exponencial; depleção da base de recursos naturais; sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficácia energética; sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material (ROHDE, 1994, p. 20).

Na década de 1960, o ambientalismo passa a envolver outros atores sociais e a ser discutido por diversos grupos da sociedade, caracterizando o surgimento das organizações não-governamentais (ONG's) preocupadas com as questões ambientais, como exemplo, a WWF, *World Wildlife Fund*, em 1961 e, posteriormente, o Greenpeace. As características conservacionistas dos projetos de WWF, atuante em diversos países, são representativas da orientação das organizações não-governamentais ambientalistas dos anos 1960, que passaram a demonstrar uma importante mudança de valores da sociedade civil. Assim, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela organização de diversos grupos de pessoas, mas principalmente, de cientistas naturais.

É na década de 1970 que os setores públicos e privados, juntamente com as ONG's, passam a se organizar para a determinação de novos critérios de utilização e exploração dos recursos naturais, pensando numa dimensão mais social e política. De acordo com Spretnak e Capra, a política verde surge nos anos 1970 pautada por quatro princípios básicos: ecologia, responsabilidade ou justiça social, democracia direta ou participativa (*grassroots democracy*) e não violência (apud LEIS, 2000)¹. Estes princípios postulam as perspectivas da política da sociedade civil, conferindo sua maior participação no controle social e político, pois a racionalidade ambiental não poderia provir espontaneamente do sistema econômico e político vigente.

Foi baseada na ideologia da política verde que ocorreu a Conferência de Estocolmo, em 1972, responsável pela legitimação da política mundial para questões ambientais. Entretanto, alguns países como a Índia e o Brasil, tiveram uma posição contrária sobre o meio ambiente como pauta privilegiada de discussão. Assim, pode-se considerar que parecia um pouco cedo para discutir o desenvolvimento sustentável, embora tenha sido de extrema relevância para os países subdesenvolvidos pensarem numa aproximação entre desenvolvimento e meio ambiente.

Neste contexto, o conceito de meio ambiente passa a ser repensado e reconstruído, uma vez que não é mais utilizado estritamente para questões ecológicas, mas sim a incorporação de questões como a pobreza e a fome, ou seja, questões de ordem social. Mendonça (2004 apud TELES, 2009)

¹ Segundo estes autores a ecologia se refere a uma relação equilibrada entre sociedade e natureza; a justiça social se refere à reestruturação econômica baseada em princípios socialistas; a democracia se expressa na rejeição do sistema político existente (liberais elitistas ou ditatoriais); a não violência representa a rejeição da política dominante.

atribui o mérito desta nova conceituação à Geografia e seus pesquisadores, pois parece intrinsecamente relacionada às discussões sobre paisagem.

Ainda como resultado da Conferência em Estocolmo, anterior à definição do desenvolvimento sustentável, criou-se também o conceito de ecodesenvolvimento reformulado por Ignacy Sachs. De acordo com a proposta deste autor para definir um novo tipo de desenvolvimento, este termo significaria a integração da satisfação das necessidades humanas básicas à solidariedade com as gerações futuras, à participação da população envolvida e ao respeito às culturas nativas.

O objetivo é promulgar o bem estar de todos, ou seja, é um objetivo social baseado nos princípios éticos de justiça social e de solidariedade. O ecólogo entra com uma condicionalidade, porque existe o perigo de crescer distribuindo, do ponto de vista social, os frutos deste crescimento de uma maneira relativamente equitativa, mas hipotecando o futuro através da incorporação predatória do capital da natureza do produto (SACHS, 2000, p. 8).

Este conceito culminou na criação e significação do desenvolvimento sustentável, o qual apresentava-se como aquele que prevê a satisfação das presentes necessidades e aspirações do homem sem que se reduza a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas (CAVALCANTI, 1994), baseado nos princípios de equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

Desta forma, pode-se considerar que o desenvolvimento sustentável diz respeito a pelo menos três dimensões: ambiental, social e econômica. A sustentabilidade ambiental pode ser compreendida pela base física do processo produtivo e da vida social, onde há a necessidade de conservar e proteger os recursos naturais e ecossistemas, garantindo sua manutenção frente às ações antrópicas. Já a sustentabilidade social refere-se à qualidade de vida das populações, garantindo o desenvolvimento humano relativo à saúde física e mental, educação, amadurecimento do indivíduo, satisfação de necessidades espirituais e culturais, entre outros, mas não ao poder aquisitivo das pessoas. E, por último, a sustentabilidade econômica aponta para o crescimento econômico contínuo e não predatório, atuando no sentido de eliminar a pobreza e mudar o modelo produtivo para outro, com tecnologias mais sofisticadas, apropriadas e bem empregadas.

Nos anos 1980, com o Relatório Brundtland (a chamada “Comissão Brundtland” foi criada em 1983 e publicou seu conhecido relatório *Our common future*, em 1987), é firmada a largada dos atores vinculados ao sistema econômico (DRUCKER, 1989; SCHMIDHEINY, 1992, apud LEIS e D’MATO, 1994). Assim, é nas décadas de 1970 e 1980 que ocorrem a politização do ambientalismo, incluindo tanto o surgimento dos partidos verdes como a institucionalização de órgãos governamentais de meio ambiente e de políticas públicas para essa área nos diversos países. Mas é principalmente nestas décadas que começa a perceber-se a problemática ambiental como uma “crise cultural” e, portanto, como uma oportunidade para a emancipação da racionalidade instrumental e dos valores materialistas que dominam a sociedade moderna.

Alguns autores como Enrique Leff, em sua obra *Ecologia e Capital* de 1986 e publicada novamente em 1994 e em 2000, no Brasil, sugere também que tanto a sociedade capitalista quanto a socialista, seriam produtivistas e antiecológicas por se tratarem de sociedades nas quais a natureza não é considerada dentro da racionalidade econômica e, portanto, seriam insustentáveis. Parte-se então pela busca de uma racionalidade ambiental, onde a natureza se integre à lógica produtiva capaz de constituir, em base, uma estratégia alternativa. Sugere, portanto, a necessidade de construção de uma nova racionalidade, a racionalidade ambiental.

É nos anos 1990 que o ambientalismo é projetado sobre as realidades locais e globais, abrangendo os principais espaços da sociedade civil, do Estado e do mercado, tendo como marco principal a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e o Fórum Global (Rio-92). Vinculadas ao conceito de desenvolvimento sustentável e à ideia de um mercado verde, as empresas dos anos 1990 começam a abandonar de forma gradual as atitudes negativas em relação às questões ambientais.

Ações foram tomadas em prol da conscientização da humanidade para a importância da adoção de mecanismos de “produção limpa”, com métodos e processos que permitissem a regeneração do meio. No processo de sensibilização, as certificações ambientais, a atuação responsável, a gestão ambiental e o “selo verde” foram incentivos à contínua adequação das empresas e da sociedade, uma vez que estavam surgindo vigilantes, os “cidadãos verdes” (NOIA et. al., 2006, p. 48).

Na realidade, o ponto mais alto dos acontecimentos foi justamente o encontro de várias culturas e setores da sociedade mundial produzindo consensos frente à crise socioambiental global, que em muito excediam às regras e às possibilidades de ação dos atores tradicionais do mercado e da política (LEIS, 2000). A elaboração da Agenda 21, também foi relevante para o encaminhamento da sustentabilidade, compreendendo talvez o mais importante e extenso documento produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos últimos anos, pois, segundo Leis (op.cit.) representou um passo significativo no alcance de uma governabilidade aberta das questões globais baseada em processos participativos e democráticos em todos os níveis.

É neste momento que, segundo Leis e D’Mato (1994, p. 43), “o ambientalismo adota um perfil complexo e multidimensional, de grande iniciativa e capacidade de ação ética e comunicativa, que o habilita para se constituir um eixo civilizatório fundamental, na direção de uma maior cooperação e solidariedade entre nações, povos, culturas, espécies e indivíduos.”

Assim, surge a necessidade da valorização da cultura dos povos, da natureza e todos os seus elementos e, principalmente, a necessidade de compreender o desenvolvimento de forma diferente da visão apenas economicista, porém mais humanista e ecologicamente prudente. Alcançar a sustentabilidade implica numa mudança civilizacional.

A própria economia passa a refletir o seu conceito sobre desenvolvimento, na tentativa de envolver, agora os aspectos socioambientais, pensando em qualidade de vida, sendo expressa pela economia ambiental e ecológica. Segundo Sekiguchi e Pires (1994), a economia ambiental (pós)neoclássica é aquela que visa prioritariamente definir estimativas de valores para se arbitrarem penas ou mensurar danos ambientais, sacramentando a incapacidade do mercado como único e exclusivo mecanismo de regulação social e econômica, mas que não enxerga um limite absoluto à expansão da economia. Já a economia ecológica é aquela que impõe uma restrição absoluta à expansão do sistema econômico, onde o progresso científico e tecnológico é visto como fundamental no aumento da eficiência de utilização dos recursos naturais e em que há a necessidade de uma estrutura regulatória (ROMEIRO, 2003).

De qualquer forma, a economia da sustentabilidade, implica na consideração do requisito de que os conceitos e métodos usados na ciência econômica devem levar em conta as restrições que a dimensão ambiental impõe à sociedade (CAVALCANTI, 1994). “O grande desafio da economia da sustentabilidade é exatamente desenvolver métodos para integrar princípios ecológicos e limites físicos no formalismo dos modelos econômicos prevaletentes” (op. cit., p. 9).

A apropriação e transformação da natureza se confrontam e combinam diferentes racionalidades: a do tipo capitalista de uso dos recursos; a racionalidade ecológica das práticas produtivas e a dos estilos étnicos de uso da natureza (LEFF, 2000). Para este autor, a desconstrução da racionalidade capitalista requer a construção de outra racionalidade social.

Neste sentido, são propostos meios e formas alternativas de utilização dos recursos naturais, novas técnicas e métodos, sendo agregados agora valores nunca antes questionados, como o próprio valor de existência destes recursos. Isto pode ser verificado nos mais diversos setores da economia, inclusive também em um setor em grande expansão, o turismo, considerando o crescimento das atividades de ecoturismo intimamente relacionada à trajetória histórica do ambientalismo, mas não necessariamente a uma consciência ambientalista, como será discutido a seguir.

Os problemas ecológicos e as demandas de sustentabilidade levam a concluir que as metas prioritárias da ciência deixaram de ser a conquista da natureza. As prioridades são hoje muito mais humildes e também muito mais complexas: estabelecer uma relação harmoniosa entre a sociedade e a natureza (LEIS, 2000, p. 109).

As influências do ambientalismo no turismo

O turismo representa, hoje, um fenômeno econômico e, essencialmente, social em grande expansão no mundo. Porém, por muito tempo representou apenas uma atividade estimuladora das economias nacionais e internacionais, provedora de divisas, por meio de atividades de lazer das pessoas. Cabe lembrar que é uma atividade produtiva inserida na acumulação capitalista, também influenciada pelas leis de mercado e que, portanto, transforma o lazer e a viagem em mercadoria para uma sociedade de consumo.

Na realidade, é somente a partir do século XIX que ocorre a consolidação do turismo propriamente dito, ou seja, de forma organizada, devida principalmente às transformações econômicas e sociais e à inovação tecnológica. De acordo com vários autores, foi a Revolução Industrial que trouxe a formação de uma classe média, o aumento do tempo livre e a procura por viagens recreativas (REJOWSKI et. al., 2002). No entanto, “coincidentemente”, foi após a Segunda Guerra Mundial que a atividade turística tomou novos rumos, consolidou-se e expandiu-se. Aqui já se esbarram os dois temas propostos neste estudo: o turismo e o ambientalismo.

É indiscutível que o período pós-guerras representou a toda civilização mudanças significativas, refletidas em todas as dimensões, política, social, ambiental, cultural, econômica, espiritual. O que se pretende discutir neste momento é como a expansão do turismo caminhou com a expansão dos movimentos ambientalistas, ou seja, o que exatamente mudou no turismo frente à problemática ambiental.

Parece que o homem sempre apresentou um grande apreço à natureza, mas foi notadamente com a sua posição de dominação e a singularização do ser humano que a natureza passou a significar um momento e espaço de contemplação e de “fuga”, principalmente após a industrialização do mundo. Em face dos problemas decorrentes da urbanização e do crescimento populacional é que ocorre o desejo de evasão, descanso e recreação em ambientes próximos à natureza.

Por mais que a sociedade urbano industrial e o avanço das ciências tenham dessacralizado o mundo e enfraquecido os mitos, a imagem das áreas naturais como paraíso em que a natureza virgem se expressa em toda sua beleza, transforma-se em objeto de reverência por parte do homem urbano (DIEGUES, 2000, p. 98).

Ruschmann (2001) afirma que a preocupação com o meio ambiente se deu a partir dos centros urbanos, devido ao avanço desenfreado da “produção suja”, conduzindo a humanidade a uma perda na qualidade de vida e destruição das condições de sobrevivência em certos lugares. Deste modo, é possível pensar que a demanda por experiências que permitam um maior contato com a natureza sejam provenientes das sociedades ocidentais, as quais já passaram por um intenso processo de industrialização e urbanização, em busca da “natureza intocada”, como propõe Diegues, uma espécie de retorno à natureza. É assim que a natureza e todos os seus elementos passam a, inquestionavelmente, representar a matéria-prima do turismo, uma vez que o turismo passa a usar e apropriar-se dos ambientes naturais na forma de produto e/ou serviços.

O “boom” do turismo foi evidenciado a partir da década de 1950 e, conseqüentemente, diversos lugares passaram então a sofrer com os impactos negativos provocados pela atividade turística em massa ocorrida neste período. Como fruto do sistema capitalista e por ser um setor da economia, o turismo passou a explorar desenfreadamente os recursos naturais, sendo responsável por acumulação de riqueza, especulação, segregação de espaços, degradação do meio ambiente e exploração de trabalho (CORIOLANO, 2007). No entanto, da mesma forma que a atividade turística “vende” a natureza, a cultura, a paisagem, ela também a consome e, por isso, há necessidade de preservar estes elementos.

Na realidade, quando apareceram os sinais de que o turismo não trazia somente divisas, mas também inúmeros problemas ambientais e sociais, como as demais atividades econômicas, o ambientalismo já despontava no cenário das discussões mundiais e, claro, o turismo não poderia ser deixado de lado.

Assim tornou-se necessária a definição de um novo modelo de desenvolvimento turístico, que se propusesse a seguir “critérios ecológicos” adequados à ideia de “equilíbrio com o meio natural” e o envolvimento das populações locais (RIBEIRO, BARROS, 2000), buscando o bem estar social e a garantia da sustentabilidade, isto é, um modelo de desenvolvimento sustentável do turismo como o definido pela *World Commission of Environment and Development* (1987 apud RUSCHMANN, 2001): “aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras”.

Embora a sustentabilidade já representasse um tema de suma relevância, foi somente em 1995, por iniciativa da ONU (Organização das Nações Unidas), que ocorreu a primeira Conferência sobre Turismo Sustentável, em Lanzarote, nas Ilhas Canárias, contando com a participação direta da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) e da OMT (Organização Mundial do Turismo). Neste evento é elaborado o conceito de Turismo Sustentável, que passa a abranger a questão relativa à participação das comunidades locais.

O Turismo Sustentável é aquele que atende as necessidades dos turistas hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, 2003, p. 24).

Em 1996, a Organização Mundial do Turismo (OMT), o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) e o Conselho da Terra divulgaram a *Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo* e passaram a enfatizar e recomendar a necessidade de se formatar parcerias entre os três setores envolvidos com a questão turística (RABINOVICI, 2011).

Dentro da nova concepção do Turismo Sustentável e com o discurso do ambientalismo e toda a problemática capitalista e social no mundo, é inevitável a mudança de interesse dos consumidores do turismo de massa por experiências mais enriquecedoras (DIAMANTIS, LADKING, 1999). Assim se dá o crescimento das atividades de lazer praticadas no meio natural e das preocupações com a minimização dos impactos negativos do turismo na utilização dos recursos naturais, contribuindo para o crescimento da demanda por diversos segmentos turísticos: rural, de aventura, de natureza, ecoturismo, entre outros.

Apesar do avanço no setor turístico no sentido de acompanhar as exigências de um novo tipo de desenvolvimento, com propostas mais humanitárias e solidárias ao discurso ambientalista mundial, observou-se que o turismo sustentável direcionava o beneficiamento das comunidades envolvidas com a atividade turística apenas na dimensão econômica, ficando muito vaga a ideia de “importância” destas comunidades, bem como a da preservação ambiental. A grande questão era e ainda é, em determinado lugar, como encaminhar um turismo ao desenvolvimento sustentável, visto que interfere diretamente na paisagem, cultura, natureza, patrimônio histórico deste lugar e sua comunidade, uma vez que está alicerçado em bases elitizadas? De que forma é ou deveria ser a participação das comunidades locais na atividade turística e seu desenvolvimento?

Baseado nestes questionamentos tentou-se criar um novo segmento turístico capaz de atuar com maior responsabilidade ambiental e social e que fosse também economicamente viável. Assim, emergiu o conceito e as atividades do ecoturismo como resultado direto do conhecimento e das discussões sobre as práticas ecologicamente sustentáveis. Rabinovici (2011) acrescenta ainda que, na década de 1990, as ONGs passam a chamarem para si responsabilidades e atividades de ecoturismo, conquistando crescente espaço entre os demais atores sociais e políticos envolvidos.

O ecoturismo, compreendido como uma “atividade turística realizada em área natural que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, visando a formação de uma consciência ambientalista capaz de promover o bem-estar das populações envolvidas e a conservação destas áreas naturais” (MICT/MMA, 1994), passa a ser considerado uma importante alternativa para o desenvolvimento de regiões periféricas e em desenvolvimento. Entretanto, na realidade, o que o ecoturismo permitiu até o momento foi desencadear o processo civilizatório em lugares ainda “não explorados” à sua população tradicional, levando a questionar a sustentabilidade deste modelo turístico, baseado na nova economia ambiental.

Dias (2003) afirma que o turismo de natureza busca realmente desfrutar os valores naturais de um território, mas que, no entanto, pode apresentar-se como insustentável. Muitas vezes, a simples utilização de ambientes naturais pelo turismo é considerada uma atividade ecoturística, mesmo não envolvendo efetivamente as comunidades locais e, dessa forma, não a beneficiando (DEDINA e YOUNG, 1995).

Cabe ressaltar que os modelos de ecoturismo sugeridos e estabelecidos nessas regiões periféricas e em desenvolvimento corresponderam, principalmente, aos modelos estadunidenses e europeu, coerentes assim com uma realidade e interesses bem diferentes. Este fato sugere a ocorrência de conflitos não somente econômicos, mas sociais e culturais, pois os espaços passam a representar “lugares para o turista ver” e desconfiguram os significados e valores locais atribuídos a eles.

Moscovici propõe o novo naturalismo, traduzido como movimentos sociais que visem o respeito à diversidade cultural como base para a manutenção da diversidade biológica, uma nova aliança entre o homem e a natureza, e a necessidade da participação democrática na gestão dos espaços territoriais (apud DIEGUES, 2000).

Embora classifiquemos e ordenemos a oferta turística de determinadas localidades, não é possível esquecer que a relação território-natureza-sociedade é inseparável e que a dinâmica representada pela intervenção realizada pelo homem é capaz de criar e recriar significados no dia a dia de uma dada localidade (TELES, 2009, p. 12).

De acordo com o Manual de Ecoturismo de Base Comunitária elaborado pela organização não governamental WWF (2003), a sustentabilidade defendida pelos princípios do ecoturismo não deve ser entendida como um fim a ser alcançado em planos, programas e projetos. É necessário que a sustentabilidade seja compreendida como as condições “ótimas” de desenvolvimento do ecoturismo, e atentar aos seus princípios, os quais podem não estar presentes em todos os momentos, ou seja, devem estar presentes não só no planejamento, mas em todas as etapas de sua realização.

O ecoturismo, ao provocar e satisfazer o desejo do turista de estar em contato com a natureza, deve explorar o potencial turístico da localidade visando a conservação e o desenvolvimento local, evitando possíveis impactos negativos à ecologia, à cultura e à estética. Segundo Western (1995 apud FIGUEIREDO, 1999, p. 57) “conservação e turismo que neguem os direitos e interesses das comunidades locais estão fadados ao fracasso, quando não considerados totalmente ilegais”. Desta maneira:

O ecoturismo genuíno deve ser encarado como um esforço cooperativo entre população local e visitantes conscientes e preocupados em preservar as áreas naturais e seus patrimônios culturais e biológicos, através do apoio ao desenvolvimento da comunidade local. (GODFREY et. al., 2001, p. 260).

Portanto, se os princípios deste “novo” segmento turístico ocorrerem efetivamente, espera-se que ele venha beneficiar as áreas receptoras, gerando a melhoria da infraestrutura local, vias de acessos, ampliação da rede de transportes, implementação de medidas de conservação dos recursos naturais, conservação e reabilitação de monumentos e edificações de valores históricos e valorização de costumes e tradições (OMT, 2001 apud SEABRA, 2003).

A partir desta perspectiva, fica claro que o desenvolvimento local está baseado e fundamentado no aproveitamento dos recursos endógenos, sejam eles: humanos, naturais e de infraestrutura. Não cabe mais pensar em soluções para os problemas propostas pelos agentes externos à localidade, mas sim nos interesses, participações e iniciativas dos agentes internos.

Neste contexto, entende-se como o envolvimento das comunidades local, além da participação em discussões e tomada de decisões relativa aos problemas econômicos, ecológicos e sociais, a valorização da cidadania, uma vez que é imprescindível para o estabelecimento de relações horizontais, desenvolvendo o espírito e senso de responsabilidade comum. Segundo Bordenave (1994 apud MENDONÇA, IRVING, 2004) a participação implica em “fazer parte, tomar parte e ter parte”.

A viabilidade de um desenvolvimento sustentável depende não somente do avanço dos direitos da apropriação das comunidades, sobre os patrimônios naturais e culturais e poder de decisões sobre o lugar onde vivem, mas também do incremento de suas capacidades de autogestão e na divisão das responsabilidades na construção coletiva, que vem fortalecer a sociedade civil para a construção

de caminhos para uma nova realidade social (MENDONÇA, IRVING, 2004), frente à nova situação criada com o turismo.

A garantia da sustentabilidade econômica, ambiental e sociocultural proposta pelo ecoturismo passa a exigir dos planejadores e gestores a democratização de oportunidades e benefícios e a configuração de um novo modelo de implementação de projetos centrados em parcerias com responsabilidade e participação de todos os agentes envolvidos (op.cit.). A eficiência desta democratização é que levará à formação de uma consciência ambiental. Segundo Rabinovici (2011), apesar do consenso sobre a imprescindível participação comunitária para a sustentabilidade do turismo, as dificuldades práticas, operacionais e metodológicas, afastam os planejadores e implementadores de projetos da sua viabilização.

A alternativa turística sugerida pela WWF (2003) é a promoção de um Ecoturismo de Base Comunitária onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre o desenvolvimento e a gestão do turismo e, por meio do envolvimento participativo, deve proporcionar a maior parte dos benefícios para as comunidades locais. Assim, segundo a *Tourism Concern* (2002 apud MENDONÇA, IRVING, 2004) o turismo de base comunitária é aquele em que a comunidade local possui o poder de propriedade, de posse e de administração dos equipamentos e serviços turísticos, estando realmente envolvida e beneficiada. De certa forma, nos faz lembrar os pensamentos de Leff, sobre a socialização da Natureza e de um manejo comunitário dos recursos baseados em princípios de diversidade ecológica e cultural. Ele descreve:

“(...) a democracia e a equidade redefinem-se no campo da sustentabilidade em termos dos direitos de propriedade e de acesso aos recursos, ou seja, das condições culturais e políticas de reapropriação do ambiente” (LEFF, 1994, p. 210 apud FOLADORI, 2000, p. 172).

Portanto, assim como Leff o turismo de base comunitária transita no universo das novas relações da racionalidade ecológica, buscando no espaço do município e da comunidade a participação democrática e direta para a gestão dos recursos ambientais, inclusive na forma recursos turísticos, gestão baseada na produção e na apropriação dos conhecimentos, saberes e valores culturais das comunidades (LEFF, 2001).

Entretanto, é importante atentar-se de que o desenvolvimento de um turismo sustentável pode representar uma estratégia política e econômica para que satisfaça o novo modelo desenvolvimentista, o qual utiliza esta onda ecológica como instrumento mercadológico e publicitário. Isto é, uma estratégia para atrair uma crescente demanda pela ideia da necessidade de aproximação com a natureza e pela conscientização ambiental e a levar aos lugares com maiores índices de pobreza e problemas sociais ao desenvolvimento, que na verdade, será encaixado nos moldes da sociedade pós-moderna. É baseada nesta possibilidade de estratégia política e econômica que se deve ter o cuidado em avaliar o desenvolvimento do turismo em determinados lugares, pois nem sempre o seu objetivo representa os princípios e valores dos conceitos de ecoturismo e turismo sustentável apresentados acima.

Conclusão

A partir dos fatos ocorridos de acordo com a trajetória histórica dos movimentos ambientalistas se torna pertinente alguns questionamentos no que se refere ao despertar da consciência ecológica do final do século XX. Ao retomarmos a ideia sobre uma cultura capitalística intelectocêntrica e verificar a origem das discussões sobre os problemas ambientais e os atores sociais envolvidos, é possível indagar: será que a “conscientização ambiental” não é mais uma imposição do sistema para que possa continuar ocorrendo, ou seja, para que ele seja sustentável? É interessante perceber que a relação natureza e sociedade passou a ser muito mais complexa do que se esperava e que, neste exato momento da história, os países desenvolvidos (intelectuais) passam a depender dos países não desenvolvidos, porque são detentores da maioria dos recursos ainda existentes, mais ainda, coincidentemente o sentido da cooperação e solidariedade surge apenas neste final de século.

Além disso, há o surgimento de uma nova economia, agora preocupada com as relações socio-ambientais e qualidade de vida, pois se percebeu que por si só as leis de mercado não são capazes de sustentar toda esta sociedade. Então, passa-se a valorizar as questões ambientais, sociais, a natureza e a cultura, nas mais diversas atividades econômicas, como também no turismo.

Entretanto, seria ingênuo não notar que o ambientalismo pode sofrer sérios riscos de ser colonizado e perder sua força ética e vital, tendo em vista a forte influência e participação de atores provenientes dos setores político e econômico, marcados por valores e práticas tradicionais orientados para o conflito e a competição nos terrenos bem materiais da riqueza e do poder. Partindo deste ponto de vista, é possível confirmar a hipótese de que o desenvolvimento de um turismo sustentável seja mais uma estratégia política e econômica para que satisfaça o novo modelo desenvolvimentista, o qual utiliza esta onda ecológica como instrumento mercadológico e publicitário. Isto é, atrai uma crescente demanda pela ideia da necessidade de aproximação com a natureza e pela conscientização ambiental e leva aos lugares subdesenvolvidos e pobres ao desenvolvimento que, na verdade, será encaixado nos moldes da sociedade pós-moderna.

Leonardi (1994, p. 114) afirma que “a internacionalização da mídia impõe padrões, valores, sentimentos, deixando pouco espaço para criações individuais e para a autoconsciência”. Complementado seu raciocínio tem-se a ocidentalização do mundo e a hierarquização da cultura, que de acordo com Guattari (1996, p. 24), “as classes dominantes sempre buscam a mais-valia econômica, através do dinheiro, e a mais-valia de poder, através da cultura-valor”. Neste sentido, é possível pensar a “conscientização ambiental” como um valor de uma cultura modeladora, responsável pela manutenção e sustentabilidade da sociedade moderna ocidental.

O grande desafio torna-se a criação de estratégias turísticas não apenas mercadológicas que levem ao beneficiamento das comunidades locais na dimensão econômica e também nas dimensões social e ambiental de forma efetiva. Isto só ocorrerá por meio de políticas de desenvolvimento do turismo mais participativas, com o reconhecimento e utilização dos fatores endógenos e valorização da autenticidade cultural local.

Referências bibliográficas

- CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da Economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. p. 262. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>
- CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo e meio ambiente: Interfaces e Perspectivas. In: CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza, CE:UECE, 2007.
- DEDINA, S.; YOUNG, E. Local People and Gray Whale Tourism in Baja Califórnia Sur, México. **Journal of The American Cetacean Society**. Whale Watcher, v.29, n.2, p.8-13, 1995.
- DIAMANTIS, D. e LADKING, A. The links between sustainable tourism and ecotourism: a definitional and operational perspective. **The Journal of Tourism Studies**. v. 10, n. 2, 1999.
- DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
- DIEGUES, A. C. S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). **Viagens à Natureza**. Campinas, SP: Papyrus, 3º edição, 2000.
- FIGUEIREDO, L. A. V. de Ecoturismo e participação popular no manejo de áreas protegidas: aspectos conceituais, educativos e reflexões. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas**. 2º edição. São Paulo, SP: Hucitec, 1999.
- FOLADORI, G. Na busca de uma racionalidade ambiental. **Ambiente & Sociedade**. Ano III, n. 6/7, p. 169-173, 2000.
- GEERTZ, C. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GODFREY, D.; HORWICH, R. H.; MURRAY, D.; SAQUI, E.; LYON, J. O ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: o caso de Belize. In: HAWKINS, K. e LINDBERG, D. E. (Orgs.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 3º edição. São Paulo, SP: SENAC, 2001.
- GONÇALVES, C.W.P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2004.
- GUATTARI, F. Cultura: um conceito reacionário. In: GUATTARI, F. E ROLNIK, S. **Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- KOROSSY, N. **Turismo e Recursos Hídricos no Arquipélago de Fernando de Noronha (Pernambuco/Brasil)**: Reflexões sobre a sustentabilidade da atividade turística a partir da análise do consumo de água pelos meios de hospedagem. Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- LEIS, H. **A modernidade insustentável**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.
- LEIS, H. R. e D'MATO, J. L. O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética e Vivencial. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. p. 262. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau, SC: Furb, 2000.

_____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

LEONARDI, M. L. A. A sociedade global e a questão ambiental. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. p. 262. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>

LIMA, T. S. Para uma teoria etnográfica da distinção na natureza e cultura na cosmologia Juruna. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 40, v. 14, p. 43-52, junho, 1999.

MENDES A. D. Envolvimento & Desenvolvimento: Introdução à simpatia de todas as coisas. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. p. 262. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>

MENDONÇA, T. C. de M. e IRVING, M. de A. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil - Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**. N. 14, 2004.

MICT/MMA. **Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo**. Brasília – DF, 1994.

NOIA, A., ARAUJO, G. BRUMATTI, P. Análise Conceitual sobre turismo sustentável: um enfoque sobre o ecoturismo. **Revista OLAM**, n.07, v. 01, dezembro, 2006.

NUERNBERG, A. H.; ZANELLA, A. V. A relação natureza e cultura: o debate antropológico e as contribuições de Vygotski. **Interação em Psicologia**, n. 7, v. 2, p. 81-89, 2003.

OMT. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Porto alegre: Bookman, 2003.

RABINOVICI, A. Ambientalismo, Organizações Não Governamentais e a Busca pela Sustentabilidade no Turismo. **Turismo em Análise**, v. 22, n.1, abril de 2011.

REJOWSKI, M., YASOSHIMA, J. R., STIGLIANO, B. V. e SILVEIRA, A. S. Desenvolvimento do turismo moderno. In: **Turismo no percurso do tempo**. REJOWSKI, M. (Org.). São Paulo: Aleph, 2002.

RIBEIRO, G. L.; BARROS, F. L. de A corrida por paisagens autênticas: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. In: **Viagens à Natureza**. Serrano, C. M. T.; Bruhns, H. T. (Orgs.). Campinas, SP: Papyrus, 3º edição, 2000.

ROHDE, G. M. Mudanças de Paradigma e Desenvolvimento Sustentado. In: **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. Cavalcanti, C. (Org.). INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. p. 262. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>

ROMEIRO, A. R. Economia ou economia da sustentabilidade. In: MAY, P. H., LUSTOSA, M. C., VINHA, V.da. (Orgs.). **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2003.

RUSCHUMANN, D. V. de M. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 7 ed., 2001.

SACHS, I. **Sociedade, Cultura e Meio Ambiente**. Mundo & Vida, v.2, n.1, p.7-13. 2000.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é “objeto” em via de extinção. **MANA**, n. 3, v. 1 p. 41 – 73, 1997.

SEABRA, L. Monitoramento participativo do turismo desejável: uma proposta metodológica preliminar. In: MARINHO, A., BRUHNS, H. T. (Orgs.). **Turismo, Lazer e Natureza**. Barueri, SP: Manole, 2003.

SEKIGUCHI, C. e PIRES, E. L. S. Agenda para uma Economia Política da Sustentabilidade: Potencialidades e Limites para o seu Desenvolvimento no Brasil. In: **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. CAVALCANTI, C. (Org.). INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. p. 262. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>

STAHEL A. W. Capitalismo e Entropia: Os Aspectos Ideológicos de uma Contradição e a Busca de Alternativas Sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. p. 262. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>

TELES, R. **Fundamentos Geográficos do Turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. 4ª edição. Brasília: Editora UNB, 1998.

WWF-Brasil. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. MITRAUD, S. (Org.). Brasília, 2003.